



O PAPEL DOS SINDICATOS NAS ELEIÇÕES



Nos últimos quatro anos, o avanço da extrema direita e o acirramento das políticas neoliberais, levadas a cabo pelo governo Bolsonaro, apontaram grandes desafios para as organizações sindicais. A perda de direitos, o aumento do desemprego e da informalidade e o desmonte das políticas públicas fragilizaram a classe trabalhadora.

Reformas, como a trabalhista e previdenciária, ditadas pelo capital para assegurar os lucros dos capitalistas e o superávit utilizado para pagar juros de uma fraudulenta dívida pública flexibilizaram as relações de trabalho e fizeram com que o papel da Justiça do Trabalho se tornasse cada vez mais limitado.

Todos os setores públicos estão na iminência da privatização. A Eletrobras foi rifada para que Bolsonaro usasse o dinheiro da sua venda na campanha eleitoral. Empresas como Correios, Petrobras, SERPRO, DATAPREV e todo o sistema de Saúde e educacional estão prestes a serem privatizados, o que significa que a população sofrerá ainda mais tendo que pagar quantias altíssimas para usar serviços básicos como educação e o SUS. . E o processo de privatização passa inicialmente pelo desmonte e precarização dos serviços públicos, colocando a sociedade contra o próprio Estado e suas instituições. Os desdobramentos são a retirada de direitos dos trabalhadores, a diminuição do passivo trabalhista, demissões e, por fim, a entrega total do patrimônio público. A CLT está sendo totalmente destruída enquanto os sindicatos passaram a ser alvos

de ataques contundentes, que ameaçam seu poder de ação. Toda essa situação exige organizações sindicais fortes, que atuem em unidade entre as diversas categorias para enfrentar o grande capital e os seus capachos que ocupam hoje o Estado brasileiro. Para agir na defesa intransigente dos interesses de classe operária, os sindicatos precisam ter uma política acertada e palavras de ordem alinhadas ao estado de espírito das massas. Essa política exige o respeito à importância que as eleições têm no interior da classe trabalhadora.

Estamos em um momento ímpar para dialogar com os trabalhadores e fazer o debate sobre a luta de classes presente na disputa eleitoral. Nesse sentido, os sindicatos, ao defenderem as reivindicações econômicas dos trabalhadores, têm papel fundamental na orientação das categorias que representam para o voto classista, que dispensa as promessas reformistas e não cria ilusões de que as eleições são a única arma dos trabalhadores. Organizados em seus sindicatos, os trabalhadores amadurecem a compreensão sobre os limites que as instituições burguesas lhes impõem e entendem que votar em representantes de seus interesses é uma forma de disputar poder nos espaços de decisão.

É hora de eleger Lula, governadores, senadores e deputados comprometidos com as lutas dos trabalhadores, derrotar de vez o fascismo e a violência das políticas neoliberais e fortalecer o poder popular.

CORREIOS: ACORDO COLETIVO É ASSINADO, MAS A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO NÃO ACABOU!



No dia 6/9, o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2022/2023, foi assinado pela Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios – FENTECT.

Mesmo com muita disposição para lutar, os ecetistas avaliaram que, diante do cenário atual, a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho, apesar de não atender a todas as necessidades da categoria, dá um “fôlego” para o fortalecimento e a ampliação da luta no próximo período. A proposta traz de volta o Ticket nas férias, mantém os 15% do trabalho em fins de semana e a cláusula de responsabilidade em acidente de trânsito, além de propor a recomposição da inflação pelo INPC, de 10,12%, com repercussão nas demais parcelas de natureza salarial, econômicas e

benefícios. Mas a luta por melhores condições de trabalho, pela recuperação das cláusulas perdidas no ACT de 2020 e contra a política de privatização não pode parar. Nesse período de eleições é importante que os trabalhadores entendam que, caso o PL 591/2021 (projeto de privatização dos Correios) volte a tramitar, serão os parlamentares eleitos em outubro que decidirão o destino da Empresa, dos empregos da categoria e do sustento de mais de 100 mil famílias em todo Brasil.

É urgente fortalecer as bases da categoria na luta contra a privatização e dialogar sobre a importância das eleições parlamentares neste momento em que a classe trabalhadora volta sua atenção para o processo eleitoral.

DIRETORIA ELEITA DA ADUNB ASSUME PARA LUTAR PELOS DIREITOS DOS DOCENTES DA UNB



A Diretoria da Associação Docente da Universidade de Brasília, ADUnB, eleita no último pleito, tomou posse no dia 08 de setembro para o biênio 2022-2024. Com o avanço de pautas privatistas do governo federal, que atingem as Instituições de Ensino Superior Públicas, são grandes os desafios a serem enfrentados pela categoria docente. Diante dos ataques do governo Bolsonaro contra as Universidades Públicas, do rebaixamento do poder de compra da classe trabalhadora e da precarização das condições de trabalho, a diretoria empossada assume o

compromisso de dar continuidade às lutas empreendidas pela última gestão.

Os sindicatos são os espaços de luta e resistência das diversas categorias de trabalhadores na defesa de seus direitos e da população. Assim, a diretoria da ADUnB que assume essa nova gestão tem o papel de organizar a luta para defender os direitos da categoria e a Universidade Pública como garantia de ampliação do direito ao ensino superior gratuito e de qualidade, com responsabilidade social. A LPS esteve presente na posse da Diretoria e reafirma a importância da unidade de luta da classe trabalhadora, contra o desmonte do Estado e contra as privatizações.

GREVE NO SERPRO GARANTE O INPC E A MANUTENÇÃO DOS DIREITOS



Cansados da enrolação da empresa, os trabalhadores do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) foram à luta na campanha salarial 2022/2023 e mostraram à empresa que a banda não toca do jeito que ela tentou impor.

Foram 24 dias de uma greve difícil, inclusive com o desconto ilegal dos dias parados, para tentar, sem sucesso, intimidar os trabalhadores.

A greve garantiu a negociação e o dissídio de greve mudou o plano da empresa. A proposta da empresa era 60% do IPGA, sem retroatividade, com desconto dos dias parados e outros retrocessos. A persistência da luta garantiu o seguinte resultado:

- reajuste salarial e de todos os benefícios de natureza econômica pelo INPC (12,47%);
- abono dos dias parados e restituição aos trabalhadores do que foi indevidamente descontado até 08/09;
- pagamento do retroativo até 20/09;
- renovação das demais cláusulas do ACT preservando todos os direitos, a exceção de duas cláusulas, que infelizmente, sofreram alteração em sua redação para novos contratados, que não terão direito ao anuênio e à licença prêmio.

Parabéns a todos que lutaram! Essa conquista fortalece a luta contra a privatização!